

As lógicas dos processos de criação das paisagens parecem ao indivíduo comum, ao seu usuário, e mesmo a muitos de nós pesquisadores e estudiosos, de difícil compreensão ou muito distantes de nossos desejos imediatos, tornando-se, então, corriqueiras as expressões paisagem e urbanização caóticas, que expressam uma negação e/ou, de fato, uma não-compreensão dos processos em vigor.

A oposição ao caos urbano e paisagístico corresponde para o vulgo a ordem, a lógica na organização da cidade em bairros estruturados, com casas sorridentes em meio a jardins, prédios construídos simultaneamente com alturas padrão (não muito altos, talvez seis, talvez dez andares), pouco tráfego, bom transporte, enfim, uma clareza na identificação e apreensão dos diversos elementos configuradores da paisagem, que uma cidade de pequeno ou médio porte facilmente oferece ao observador.



EDITORIAL

De um modo geral, as cidades como Campo Grande (MS), Bauru (SP), Vitória (ES), ou Campina Grande (PB), podem ser facilmente classificadas pelo observador comum, como ordenadas, de fácil identificação, enquanto as metrópoles de São Paulo, Belo Horizonte e outras mais, são correntemente classificadas como caóticas ou desordenadas.

Na realidade, os processos de configuração de todos esses centros seguem lógicas parecidas, com a prevalência da ação do mercado imobiliário sobre a ação do poder público, que em geral só é responsável por normalizações e obras de infra-estrutura, com a existência de uma proporção significativa de espaços construídos, de um modo semi ou totalmente informal, e com pouca ou nenhuma reserva de áreas para a expansão urbana futura.

São poucas, de fato, as áreas urbanas de porte, totalmente concebidas por meio de um projeto urbanístico e/ou paisagístico existentes no país – Brasília é com certeza o exemplo mais emblemático, com seu plano piloto, estritamente controlado pelo Estado e baseado em rígidas disposições urbanísticas; a Barra da Tijuca, na cidade do Rio de Janeiro, ou o Aterro do Flamengo, na mesma cidade, são outros exemplos de sucesso.

As normas urbanísticas existem, mas incidem, de um modo incompleto, sobre apenas partes das cidades, aquelas ditas formais, disciplinando de uma maneira mais ou menos rígida às ações dos investidores privados, corporações ou indivíduos. Um olhar desavisado, por exemplo, sobre a cidade de São Paulo, não consegue apreender o alto grau de incidência das normas urbanísticas sobre as áreas verticalizadas, cujos recuos, taxas de ocupação e coeficientes de aproveitamento configuram uma paisagem homogênea, extremamente padronizada e, para muitos, caótica.

O conhecimento das regras, processos e lógicas, é, pois, básico no cotidiano de todo aquele que se dispõe a entender a paisagem urbana, ou não, e portanto seus processos de formação.

Paisagem n. 15 traz seis textos diversos, dos quais dois se dedicam explicitamente a discutir essas lógicas de forma-

ção da paisagem urbana brasileira; o primeiro deles de Fábio Mariz Gonçalves, intitulado “Discussões sobre o papel dos espaços livres públicos nos bairros de elite contemporâneos”, versando sobre os conflitos e contradições existentes na formação e configuração do bairro do Morumbi em São Paulo, um dos mais ricos do país e cenário de escandalosos e contraditórios níveis de qualidade ambiental e paisagístico, e o de Décio Rigatti, que aborda o processo de parcelamento e formação estrutural urbana da cidade de Alvorada, no Rio Grande do Sul, (nos limites da cidade de Porto Alegre). O terceiro artigo traz uma contribuição do pesquisador e professor Jonathas M. P. da Silva na discussão de procedimentos de ensino paisagístico em trabalho apresentado no Encontro Nacional de Ensino de Paisagismo em Escolas de Arquitetura – V ENEPEA. O quarto texto, de autoria de Luiz Antonio de Paula Nunes e Ana Kalassa El Banat, apresenta o processo de formação dos jardins da orla turística da cidade de Santos, estado de São Paulo, um dos mais importantes parques urbanos do país, o qual, construído na década de 30 do século 20, chega a este século bastante preservado e totalmente utilizado pelos turistas e pela população local.

Os dois últimos artigos, ambos inseridos na seção Projeto, revelam duas experiências paisagísticas importantes: a primeira, em texto de Marieta C. Maciel mostra-nos um programa público municipal de criação e efetivação de parques em Belo Horizonte; o segundo, em texto de Haruyoshi Ono, conta-nos sobre as obras de revitalização e restauro do Parque do Flamengo, na cidade do Rio de Janeiro.

Esses dois textos, como o de Jonathas, constituíram-se parte de um conjunto de textos extraídos e selecionados dos conteúdos de palestras e conferências do IV ENEPEA, que começaram a ser publicados pela revista *Paisagem* 14, e estão sendo publicados de modo a contribuir na discussão e divulgação de seus importantes conteúdos.